



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

CERTAME LICITATÓRIO PELA LEI Nº 13.303/2016
FORMA PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 250/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS EVENTUAIS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM ÁREAS SEDIMENTADAS E/OU ÁREAS DE ROCHAS CRISTALINAS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E NO INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA.

MODO DE DISPUTA: FECHADO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/01/2024

HORÁRIO: 09h00min (horário local)

LOCAL DA SESSÃO: Auditório da CAER, situado à Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610 - Boa Vista - Roraima.

SERÁ DE RESPONSABILIDADE DOS INTERESSADOS VERIFICAR NO SITE A ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

CONTATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - SULIC

E-MAIL: licitacao@caer.com.br

TELEFONE: (95) 4009-6111

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 07h30min às 13h30min (horário local).

FORMAS DE OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no endereço eletrônico: www.caer.com.br/licitacoes/.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXOS

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III - PROJETO EXECUTIVO

ANEXO IV - PLANILHA DE QUANTITATIVOS (CAER)

ANEXO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO (CAER)

ANEXO VI - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - DESONERADO SERVIÇOS (CAER)

ANEXO VII - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (CAER)

ANEXO VIII - MATRIZ DE RISCOS

ANEXO IX - CARTA PROPOSTA (MODELO)

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS (MODELO)

ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (MODELO)

ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (MODELO)

ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NEM MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 (QUATORZE) ANOS (MODELO)

ANEXO XIV - DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MODELO)

ANEXO XV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO XVI - MINUTA DO CONTRATO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

CERTAME LICITATÓRIO PELA LEI Nº 13.303/2016

FORMA PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 250/2023

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.939.467/0001-15, pessoa jurídica de direito privado, organizada na forma de Sociedade de Economia Mista Estadual, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610, por intermédio de sua Superintendência de Licitação e Contrato, torna público aos interessados que realizará licitação pelo **CERTAME LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016**, na forma **PRESENCIAL**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos deste Edital, regida pela **Lei Federal nº. 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CAER - RILC**, pela **Lei Complementar 123/2006**, bem como as cláusulas e condições constantes neste Edital.

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS EVENTUAIS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM ÁREAS SEDIMENTADAS E/OU ÁREAS DE ROCHAS CRISTALINAS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E NO INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA**, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. A(As) obra(s)/serviço(s) será(ão) executado(s) no Estado de Roraima.

1.2. Os serviços previstos neste Edital estão discriminados no Projeto Básico - ANEXO I, Memorial Descritivo - ANEXO II, Projeto Executivo - ANEXO III, parte integrante deste Edital.

1.3. Os serviços deverão ser executados em consonância com: as especificações técnicas, as prescrições contratuais e do Edital.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

2 - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. O prazo de execução dos serviços é de até 10 (dez) dias, nos termos do Projeto Básico - ANEXO I, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

3 - DO VALOR ESTIMADO E DOS RECUSOS FINANCEIROS

3.1. A execução dos serviços, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos financeiros próprios da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sob unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: **20501.17512493.150.003/802/001.**

3.2. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e será informado durante a etapa de negociação, salvo se sua publicidade trouxer prejuízo à CAER, nos termos do RILC.

4 - DA CARACTERIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Modalidade: Certame Licitatório pela Lei nº 13.303/2016.

4.2. Forma de Realização da Licitação: A Licitação será realizada na forma **PRESENCIAL**, através de sessão pública.

4.3. Destinação: **AMPLA PARTICIPAÇÃO.**

4.4. Modo de Disputa: **FECHADO.**

4.5. Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

4.6. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

4.7. Data para apresentação das Propostas: A ser divulgada no Aviso de Licitação, e será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório no Diário Oficial, nos termos do Regulamento.

5 - DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA LICITAÇÃO

5.1. Na data e horário previstos para a abertura da licitação, conforme designados no Aviso de Licitação, publicado no DOE, a sessão pública presencial será aberta pela Comissão Permanente de Licitações.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.2. Se na data indicada no Aviso de Licitação não houver expediente na CAER, a abertura da sessão fica transferida para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário e local, salvo decisão contrária da Comissão Permanente de Licitações, que poderá indicar nova data, caso seja conveniente.

5.3. Local de realização da licitação: **Auditório da CAER**, situado à Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610 - Boa Vista - Roraima.

6 - DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

7 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

7.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimentos acerca do instrumento convocatório.

7.2. A impugnação deverá ser apresentada em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo a Comissão Permanente de Licitações julgar e responder à impugnação em até **03 (três) dias úteis**.

7.2.1. A impugnação deverá ser enviada para o e-mail: licitacao@caer.com.br, em arquivo não editável, formato PortableDocumentFormat (extensão .pdf) e devidamente assinada.

7.2.1.1. A impugnação deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

7.2.2. Decairá do direito de impugnar nos termos deste Edital perante a Administração da CAER, quem não o fizer até o quinto dia útil que antecede à data fixada para a sessão pública de abertura da licitação.

7.3. O pedido de esclarecimento deverá ser apresentada em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo a Comissão Permanente de Licitações julgar e responder à impugnação em até **03 (três) dias úteis**.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 7.3.1.** Os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados através da internet, no e-mail: licitacao@caer.com.br, informando o número da licitação.
- 7.4.** Na contagem dos prazos para apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimentos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 7.5.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até **13:00 horas** do dia do vencimento.
- 7.6.** As impugnações, os pedidos de esclarecimentos e suas respectivas respostas serão enviadas, por e-mail, ao solicitante publicadas no site da CAER, **www.caer.com.br**, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

8 - DA PARTICIPAÇÃO

- 8.1.** Poderão participar desta licitação, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições exigidas neste Edital e Anexos.
- 8.2.** Estará impedida de participar desta licitação e de ser contratada pela CAER a empresa:
- 8.2.1.** Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CAER.
 - 8.2.2.** Que esteja com o Cadastro de Fornecedor, da CAER, suspenso ou cancelado.
 - 8.2.3.** Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
 - 8.2.4.** Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.
 - 8.2.5.** Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.2.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

8.2.7. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

8.2.8. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, enquanto os efeitos restritivos desta sanção repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

8.2.9. Que não atenda as condições estabelecidas neste Edital ou não possua os documentos nele exigido.

8.2.10. Que esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

8.2.11. Que esteja em recuperação judicial ou extrajudicial sem plano de recuperação acolhido ou homologado, conforme o caso.

8.2.12. Que esteja constituída sob a forma de consórcio ou coligação.

8.3. Estará impedido, também:

8.3.1. A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

8.3.2. A contratação de quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: Membro de Conselho, Diretor ou Superintendente da CAER; Empregado da CAER cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; Autoridade de qualquer dos poderes do Estado de Roraima.

8.3.3. A contratação de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAER há menos de **06 (seis) meses**.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.4. Caso seja constatada alguma das situações referidas acima, ainda que *a posteriori*, o licitante será excluído do certame.

8.5. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preço.

9 - DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Estará assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, devidamente enquadradas aos comandos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, desde que não estejam inclusas nas vedações previstas no § 4º do mesmo artigo, na forma dos subitens subsequentes.

9.2. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, quando da entrega da proposta inicial, dentro do ENVELOPE A, a sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.2.1. A ausência da declaração no momento da entrega da proposta, significará a renúncia do direito da Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela LC 123/2006.

9.2.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

9.3. Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar, se houver interesse, o menor preço, em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

9.4. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que estiverem no limite de até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresas e empresas de pequeno porte.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

9.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal sob pena de inabilitação.

9.6. A microempresa e a empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrição na forma do subitem 9.5, têm assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da CAER, para apresentar as respectivas certidões de regularidade, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

10 - DO CREDENCIAMENTO

10.1. Os licitantes deverão enviar representante credenciado à participação, respondendo este pelos mesmos, sendo que para tanto deverão apresentar a seguinte documentação:

10.1.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, e em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10.1.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 10.1.1., que comprove os poderes do mandante para a outorga.

10.2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial de identificação que contenha foto.

10.2.1. No caso de procurador, este deverá apresentar documento oficial de identificação que contenha foto, do OUTORGANTE e do OUTORGADO.

10.3. Todos os documentos relacionados neste item poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

servidor da Administração, ou no caso de apresentação de cópia simples, **a cópia deverá ser acompanhada da original**, para autenticidade durante a sessão.

10.4. A apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

10.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

10.6. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

10.7. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e previsto no instrumento de procuração com poderes específicos para tanto.

10.8. O não credenciamento de qualquer dos licitantes implicará em sua renúncia à prática dos atos que lhes são próprios durante o transcurso das sessões desta licitação, tais como: oferecer lances e interpor recursos administrativos.

10.9. O não credenciamento de qualquer dos licitantes não importa em desclassificação.

10.10. A empresa que assim desejar poderá enviar seus envelopes via correio ou por outro meio semelhante, desde que sejam entregues antes do início da sessão, na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER. Neste caso, fica impedida de ofertar lances verbais e de se utilizar da prerrogativa de manifestar intenção de recurso, salvo em situações em que a sessão seja suspensa e a oferta de lances ou a motivação para interposição de recurso venham ocorrer em outra data, e o licitante, estando presente a essa nova sessão, munido dos documentos necessários ao credenciamento, poderá fazer uso dessa prerrogativa.

10.11. Esclarece-se que o credenciamento é um procedimento que antecede ao ato da abertura dos envelopes, logo, todos os documentos previstos neste item deverão estar em mãos dos representantes das empresas licitantes, no momento da abertura da sessão, para apresentação a Comissão de Licitação, sendo desconsiderados se inseridos no Envelope 02 - DA HABILITAÇÃO.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11 - DA CARTA PROPOSTA - ENVELOPE 01

11.1. A Carta Proposta de Preços deverá conter no mínimo os seguintes dados:

11.1.1. Ser apresentada em língua portuguesa, em única via, ser impressa eletronicamente, de preferência em papel tamanho A-4, com a identificação da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada em todas as folhas pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante do **ANEXO IX** - deste Edital.

11.1.1.1. A Carta Proposta deverá conter todos os elementos exigidos neste Edital, em especial:

- a) Preços unitários e totais de cada item que compõem o serviço, assim como o valor total da proposta, em reais, grafado em algarismo e por extenso, e **DEVERÁ** ser apresentado com **2 (duas) casas decimais**;
- b) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **120 (cento e vinte) dias** corridos, contados da data abertura da licitação. Caso na proposta não apresente prazo de validade será este considerado.

11.2. Deverá ser apresentado junto com a Carta Proposta os seguintes documentos:

- 11.2.1. Composição dos Custos Unitários de todos os itens de serviço da planilha de preços, adequada aos valores unitários;
- 11.2.2. Cronograma Físico-Financeiro;
- 11.2.3. Composição detalhada do(s) BDI('s);
- 11.2.4. Encargos Sociais sobre a mão de obra.

11.3. A licitante deverá considerar na elaboração da Carta Proposta todas as despesas necessárias à execução total dos serviços, conforme as especificações e Anexos contidos neste Edital. Os preços unitários e globais contratuais incluirão, entre outros, encargos relacionados com as seguintes despesas, se for o caso:

- 11.3.1. Insumos e materiais necessários para a execução dos serviços, excluídos aqueles fornecidos pela CAER;
- 11.3.2. Mão-de-obra especializada ou não;
- 11.3.3. Transportes e deslocamentos;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 11.3.4.** Utilização de equipamentos;
 - 11.3.5.** Despesas com alimentação e hospedagem;
 - 11.3.6.** Encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;
 - 11.3.7.** Os custos de realização de todo o recrutamento e treinamento da mão-de-obra especializada;
 - 11.3.8.** Tributos e demais despesas diretas e indiretas, lucro e etc;
 - 11.3.9.** Dispendios resultantes de tributos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, sem que lhe caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação à CAER.
- 11.4.** A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua Carta Proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
- 11.5.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.6.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta comercial, ou seja, de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias**, e caso persista o interesse da CONTRATANTE, poderá ser solicitada prorrogação da vigência acima referida.

12 - DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS CARTAS PROPOSTAS

12.1. Da conformidade, Ordenação e Classificação das Propostas

12.1.1. A Comissão de Licitação realizará a análise preliminar de aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que:

- 12.1.1.1.** Apresentarem cotação parcial para determinado item.
- 12.1.1.2.** Apresentarem prazo de entrega superior ao estabelecido no Anexo I - Projeto Básico.
- 12.1.1.3.** Apresentarem mais de uma proposta, com valores diferentes.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.1.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

12.2. Do Início da Fase de Lances

12.2.1. Verificada a conformidade das propostas, a Comissão de Licitação selecionará as propostas para a fase de lances, observando os seguintes critérios:

12.2.1.1. Seleção da proposta que vier a apresentar o menor valor e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

12.2.1.2. Caso não seja verificada a presença de pelo menos 03 (três) propostas nas condições acima, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, salvo quando for verificado empate de preços, hipótese em que todas as propostas empatadas serão selecionadas.

12.2.2. Ulтимadas as providências anteriores, a Comissão de Licitação convocará as licitantes credenciadas e classificadas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

12.2.3. Os lances serão formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

12.2.4. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR GLOBAL DO ITEM**.

12.2.5. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas neste Edital.

12.2.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Comissão de Licitação, implicará a exclusão do licitante apenas da fase competitiva do certame, permanecendo o último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.2.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor constante na proposta apresentada para efeito da classificação final.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.2.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes selecionados para tanto declinarem à formulação de novos lances.

12.3. Do Encerramento da Fase de Lances e dos Critérios de Desempate

12.3.1. Após a fase de lances, a Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

12.3.2. Nessas condições, as propostas de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.3.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **10 (dez) minutos**. Caso a proponente não tenha representante legal na sessão, esta decairá do direito.

12.3.4. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não tendo interesse em apresentar nova proposta, ou que não haja representante na sessão, a empresa subsequente, ou seja, empresa que esteja apta a utilizar o disposto na Lei Complementar 123/06 poderá fazê-lo nas mesmas condições.

12.3.5. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada após a fase de negociação, a preferência para cobrir a melhor oferta se dará por sorteio.

12.3.6. O critério de desempate ficto disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

12.3.7. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.3.8. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deixar de apresentar no ENVELOPE 01 - DA PROPOSTA DE PREÇOS a declaração de enquadramento como ME/EPP, decairá do direito de ser tratada como tal.

12.4. Da Negociação da Proposta

12.4.1. Encerrada a fase de lances e da aplicação dos critérios de desempates, confirmada a efetividade do lance ou proposta melhor classificada, ou que passe a ocupar essa posição, a Comissão de Licitação deverá negociar condições mais vantajosa, nos termos do Regulamento.

12.4.1.1. A negociação será realizada em sessão pública.

12.4.1.2. Quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas, podendo a Comissão de Licitação negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação.

12.4.2. Para o exame da proposta melhor classificada, o licitante deverá apresentar, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação da Comissão de Licitação na sessão, os documentos a seguir elencados, adequados ao último lance ofertado após negociação:

12.4.2.1. Planilha Orçamentária, com quantitativos, preços unitários e totais, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades, **NÃO** poderão ser alterados pela licitante, exceto quando devidamente estabelecido em COMUNICADOS.

12.4.2.1.1. Para efeito de preenchimento da planilha de quantidades de serviços e preços, a licitante **NÃO PODERÁ**:

- a)** Cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pela CAER, ou preço global inexecutável;
- b)** Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.

12.4.2.1.2. Todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da planilha orçamentária, inclusive as parciais, devem ter suas **partes decimais consideradas com DUAS CASAS**, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.4.2.1.3. A planilha deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

12.4.2.1.4. Caso a planilha seja assinada à mão, deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

12.4.2.2. Composição dos Custos Unitários de todos os itens de serviço da planilha de preços, adequada aos valores unitários.

12.4.2.3. Cronograma Físico-Financeiro.

12.4.2.4. Composição detalhada do(s) BDI('s).

12.4.2.5. Encargos Sociais sobre a mão de obra.

13 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Comissão de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I - Projeto Básico, parte integrante deste Edital, inclusive quanto ao valor estimado, para efeito de sua aceitabilidade.

13.1.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

13.2. A Comissão de Licitação poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações do Edital.

13.3. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.4. A Comissão de Licitação promoverá diligência, sempre que necessário, de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, e/ou retificar eventuais erros havidos em sua proposta, desde que, neste caso, esta retificação não implique em alteração da vantajosidade inicialmente ofertada.

13.5. Quando solicitado, a licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado quanto aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

13.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

13.7. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

13.8. Os preços unitários das propostas não poderão exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado pela CAER.

13.9. Erros formais e materiais sanáveis no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

13.10. Será desclassificada a proposta que contenha vícios insanáveis, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Licitação e que descumpra as condições e especificações técnicas constantes deste Edital.

13.11. A licitante que abandonar o certame, deixando de apresentar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13.12. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações, ou declarar fracassada a licitação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14 - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE 02

14.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues, **concomitantemente** com a proposta, na data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

14.2. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.

14.3. Para as certidões que não mencionarem o prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** contados da data da emissão do documento, salvo disposição legal do emitente, que deverá ser anexado à Certidão.

14.4. Documentos apresentados com a validade expirada, acarretará na inabilitação do Proponente.

14.5. Será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no item 8 - DA PARTICIPAÇÃO, mediante consulta ao:

14.5.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

14.5.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

14.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep.

14.6. As consultas previstas nos subitens anteriores realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

14.7. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.8. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos documentos elencados nos subitens subsequentes.

14.9. O não atendimento ao previsto neste item 14 e seus subitens poderá implicar em instauração de processo administrativo, para aplicação das penalidades previstas no Regulamento.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.10. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.10.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente, do(s) sócio(s), proprietário(s) da empresa licitante;

14.10.2. Registro comercial, no caso de empresa individual; OU

14.10.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores; OU

14.10.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de ato formal de designação de diretoria em exercício; OU

14.10.5. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de sociedade ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

14.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.12. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.12.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), em vigor.

14.12.2. Prova de regularidade com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

14.12.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

14.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado.

14.12.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal.

14.12.6. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

14.13. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.13.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE (último exercício social), exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado pelo contador e representante legal da pessoa jurídica que comprovem sua boa situação financeira, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de **03 (três) meses** da data de apresentação da proposta.

14.13.1.1. No caso de Sociedade Anônima: observadas as exceções legais, apresentar as publicações na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial.

14.13.1.2. As empresas que adotam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, poderão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados pelo “Livro Digital”, devendo ser apresentado o Recibo de Entrega do Livro Digital, o Termo de Abertura e Encerramento, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do último exercício social exigível e a Situação do Arquivo da Escrituração Contábil, todos na forma digital, que permita sua visualização.

14.13.1.3. As empresas que ainda não possuem obrigação legal de apresentar seus demonstrativos contábeis, por serem recém-constituídas, deverão apresentá-los quanto ao período referente à data de abertura até o mês anterior à data de apresentação dos documentos para cadastramento.

14.13.2. Comprovar boa situação financeira, apresentando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), registrados no Balanço Patrimonial, com valor **igual ou superior a 1**.

14.13.3. Comprovação que possui Patrimônio Líquido (PL) **igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global de sua proposta final**, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), registrado no Balanço Patrimonial for inferior a 1.

14.13.4. Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor e/ou Órgão Judiciário



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

competente da sede da pessoa jurídica, ou, em caso de licitante pessoa física, de execução judicial expedida na comarca de seu domicílio, com data de expedição ou revalidação dos últimos **90 (noventa) dias** anteriores à data da realização da Licitação. Caso a Certidão não consigne prazo de validade, serão considerados **90 (noventa) dias**.

14.13.4.1. Se a comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor deverá ser apresentada certidão negativa de falência e/ou de execução judicial expedida por todos.

14.14. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.14.1. Qualificação técnico operacional:

14.14.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

14.14.1.2. Declaração de que recebeu todos os documentos relativos a licitação e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento do objeto ora licitado;

14.14.1.3. Contrato (s), atestado(s), declaração (ões) ou outros documentos idôneos que comprove (m) que o licitante executou serviços semelhantes e com quantitativos mínimos de 50% do objeto.

14.14.2. Qualificação técnico-profissional:

14.14.2.1. Declaração ou contrato de prestação de serviço indicando o (s) responsável(eis) técnico(s) pela futura execução do serviço;

14.14.2.2. Certidão de Registro de Pessoa Física, abrangendo Geólogo, Engenheiro de Minas ou Engenheiro Civil, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s);

14.14.2.3. Atestado de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços detentores de certidão de acervo técnico por execução de obra ou serviços de características semelhantes, e que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.15. DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS:

14.15.1. Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital e seus anexos, **conforme modelo constante do ANEXO X – deste Edital;**

14.15.2. Declaração expressa da licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **conforme modelo constante do ANEXO XI – deste Edital;**

14.15.3. Declaração de idoneidade, **conforme modelo constante do ANEXO XII – deste Edital ;**

14.15.4. Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, **conforme modelo constante do ANEXO XIII – deste Edital;**

14.15.5. Declaração de não vínculo com a Administração Pública, **conforme modelo constante do ANEXO XIV – deste Edital.**

14.16. Procedimento de Verificação:

14.16.1. Os documentos para habilitação, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor.

14.16.2. Os documentos apresentados em cópias simples, deverão ser acompanhada da original, para autenticidade do mesmo.

14.16.3. A licitante regularmente cadastrada perante a CAER, poderá utilizar o Certificado de Registro Cadastral - CRC, para fins de **habilitação jurídica**, desde que dentro do seu prazo de validade, sob pena de inabilitação.

14.16.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC, deverão ser apresentados dentro do envelope.

14.16.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.16.6. A Comissão de Licitação poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.16.7. A Comissão de Licitação será facultada a promoção de diligências e a solicitação de esclarecimentos aos licitantes, sempre que julgarem necessário, para o fim de elucidar ou complementar a instrução do processo.

14.16.8. Eventuais falhas, omissões ou irregularidades formais, que não sejam relevantes ou causem prejuízo à CAER ou aos licitantes, poderão ser dirimidas durante a sessão pública de processamento.

14.16.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.16.9.2. O prazo para normalização da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem anterior não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira.

14.16.9.3. Não havendo a regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto no subitem 14.16.9.1 ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à CAER convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

14.16.10. Se a proposta vencedora não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Licitação verificará a efetividade das propostas dos demais licitantes e o atendimento às condições



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

de habilitação, na ordem de classificação e aplicando-se os mesmos critérios, até a apuração de uma proposta que atenda este Edital.

14.16.11. É de caráter eliminatório o não atendimento das condições de habilitação solicitadas neste item 14 e subitens.

14.16.12. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

15 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

15.2. Declarado o vencedor do certame, será facultado aos licitantes credenciados a imediata e motivada intenção de interposição de recurso, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

15.2.1. No caso de apresentação do recurso ou a contrarrazão em documento físico, a via original deverá ser assinada pelo representante legal do licitante e entregue, sob protocolo, na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER, sendo considerada efetivamente a data de recebimento.

15.2.2. No caso do recurso ou a contrarrazão serem enviados por e-mail, será obrigatória a assinatura, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, sendo considerada efetivamente a data de recebimento pela Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

15.2.3. A licitante deverá apresentar as razões do recurso, de que trata o subitem 15.2, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o julgamento da habilitação, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, independentemente de intimação.

15.2.4. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e a Comissão de Licitação estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

15.2.5. Expirado o prazo para contrarrazão, com ou sem elas, o recurso será submetido à Autoridade Competente para análise e julgamento, salvo se apresentados de forma intempestiva.

15.2.6. O acolhimento de recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3. O recurso será dirigido a Comissão de Licitação, o qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e, independente da sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, devendo à Autoridade Superior proferida a decisão final no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.

15.3.1. Os prazos previstos no subitem 15.3 poderão ser prorrogados em razão da complexidade da matéria abordada, devendo tal decisão ser comunicada aos licitantes.

15.4. O recurso contra a decisão da Comissão de Licitação terá efeito suspensivo apenas para o que disser respeito.

15.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por e-mail.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados os autos serão encaminhados a autoridade competente, que poderá:

16.1.1. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.1.2. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supérveis.

16.1.3. Revogar o procedimento; ou

16.1.4. Anular o procedimento.

16.2. Na ausência de recurso, caberá a Comissão de Licitação adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Competente e propor homologação.

16.2.1. A Autoridade Competente poderá decidir pela homologação, ou ainda, pela aplicação dos subitens 16.1.2., 16.1.3. ou 16.1.4. do subitem 16.1.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.3. A Autoridade Competente para homologação da licitação poderá decidir discricionariamente pela sua revogação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontável, por iniciativa própria ou provocação de terceiros.

16.3.1. A licitação também poderá ser revogada caso não seja obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação ou quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos.

16.4. Depois de iniciada a fase de apresentação de propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato no prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.4.1. A manifestação para o exercício de contraditório e ampla defesa será realizada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da publicidade da decisão.

16.4.2. Não apresentadas manifestações pelos interessados, a decisão se efetivará sem necessidade de nova atuação da Autoridade Competente.

16.4.3. Se apresentadas manifestações pelos interessados, a Autoridade Competente analisará os argumentos e poderá, motivadamente, reconsiderar ou efetivar a decisão.

17 - DO CONTRATO

17.1. Homologado a licitação pela autoridade competente, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, sendo-lhe concedido para tanto o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da convocação.

17.1.1. Poderá a CAER, no seu interesse, ou, desde que solicitado pela parte interessada durante o transcurso do prazo, mediante motivos justificados, prorrogar por uma vez e por igual período, o prazo citado neste Edital.

17.1.2. É facultado à CAER, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou, convocado, não o assinar, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e no RILC:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.1.2.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do Contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

17.1.2.1.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 17.1.2.1, é facultado à CAER convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

17.1.2.2. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no RILC da CAER.

17.1.3. Convocado para assinar o contrato, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista em lei e no RILC.

17.1.4. A não assinatura no prazo acima estipulado será considerado como recusa.

17.1.4.1. Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei e no RILC da CAER, excetuando os licitantes remanescentes.

17.2. Condições para Assinatura do Contrato

17.2.1. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter-se nas mesmas condições exigidas quando da habilitação.

17.3. Da Matriz de Riscos

17.3.1. A matriz de riscos é o instrumento que define as responsabilidades do CONTRATANTE e do CONTRATADO na execução do Contrato. Com base na matriz de risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

17.3.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pela execução das soluções nas situações apontadas na Matriz de Riscos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.3.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados cujo a responsabilidade é do CONTRATANTE.

17.3.4. A Matriz de Riscos é peça integrante deste instrumento convocatório e do contrato, independente de transcrição no instrumento respectivo.

17.3.5. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

17.3.6. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Riscos.

17.3.7. Para eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA, é vedada a celebração de aditivos que alterem essa condição.

17.3.8. A CONTRATADA declara:

17.3.8.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato; e

17.3.8.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

18 - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. São vedadas a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do contrato proveniente desta licitação, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeita a CONTRATADA às cominações previstas contratualmente.

19 - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REVISÃO

19.1. O reajuste dos preços contratados deverá retratar a variação efetiva dos custos de produção envolvidos na execução do objeto, podendo a CAER, conforme

28 de 38



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas, bem como estabelecer a repactuação do valor contratado com base em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho, nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra.

19.2. A concessão do reajuste do valor contratado deve respeitar a anualidade prevista na Lei nº 10.192/01, devendo ser contada a partir da data limite para a apresentação da proposta na licitação ou a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto nos instrumentos convocatório e contratual.

19.3. A concessão do reajuste de preços será automática, independente de requerimento do contratado, obedecidas todas as condições previstas no instrumento convocatório ou contratual.

20 - DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado.

20.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

20.1.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o Contratado:

20.1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

20.1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

20.1.2.3. Deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

20.1.3. Nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que previsto nos instrumentos convocatório e contratual e



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

de acordo com normativo específico, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

20.1.3.1. Conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação: conta aberta pela CAER em nome do Contratado, destinada exclusivamente ao depósito das provisões relativas ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores do Contratado, com movimentação vinculada ao pagamento dessas verbas; ou

20.1.3.2. Pagamento pelo Fato Gerador: os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela CAER somente na ocorrência do seu fato gerador.

20.1.4. A adoção de um dos critérios previstos nos subitens 20.3.1.1. e 20.3.1.2. do item anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

20.1.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor do Contratado estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica.

20.2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada —bloqueada para movimentação de que trata o subitem 20.1.3.1 será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

20.2.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.2.2. Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

20.2.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.2.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.3. Os valores provisionados em Conta-Depósito Vinculada somente serão liberados nas seguintes condições, nos termos do disposto em instrumento convocatório:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.3.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.3.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.3.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória por ventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.3.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.4. O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada —bloqueada para movimentação apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

20.5. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, aCAER deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela Autoridade Competente.

20.5.1. O prazo máximo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, salvo indicação diversa consignada nos instrumentos convocatório e contratual.

20.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

20.6.2. Os requisitos para a antecipação de pagamento serão objeto do estudo técnico preliminar.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.6.3. A antecipação de pagamento posta como condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço não poderá acarretar sobre preço ou superfaturamento.

20.7. A CAER poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

20.7.1. O valor da garantia oferecida para os fins deste item corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado.

20.7.2. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

20.7.3. As modalidades de garantia para os fins deste artigo serão aquelas aceitas para assegurar a execução do contrato.

20.8. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido, salvo se viável a prorrogação contratual

21- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1. O contrato a ser celebrado poderá ser alterado, por acordo entre as partes, fundamentadamente, nos casos previstos nos artigos 203 a 210 do RILC.

22- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

22.1.1. Advertência.

22.1.2. Multa moratória.

22.1.3. Multa compensatória.

22.1.4. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

22.2. As sanções previstas nos subitens 22.1.1. e 22.1.4., poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso 22.1.2. e 22.1.3.

22.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER.

22.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal.

22.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

22.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

22.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

22.7.1. Nas licitações em geral:

22.7.1.1. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

22.7.1.2. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

22.7.1.3. Por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

22.7.1.4. No caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do sal do remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

22.7.1.5. No caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER.

22.7.1.6. No caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

22.7.2. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

22.7.3. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

22.7.4. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

22.7.5. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

22.7.6. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

22.8. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

22.8.1. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

22.9. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

22.9.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

22.9.2. O prazo da sanção a que se refere este item terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

22.9.3. Se a sanção de que trata este item for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

22.9.4. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

22.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

23 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

23.1. As formas extintivas do contrato com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

24.1. É facultado a Comissão de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

24.2. O objeto licitado será recebido em estrita observância aos critérios estabelecidos no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e no Projeto Executivo, partes integrantes deste Edital.

24.3. Os documentos entregues pelas licitantes a Comissão de Licitação, quando for o caso, deverão ser assinados, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

24.3.1. Caso os mesmos sejam assinados à mão, o documento físico deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC.

24.4. Na execução contratual, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas na Minuta Contratual, que fazem parte do presente Edital.

24.5. A CONTRATADA é obrigada a manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

24.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.7.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

24.8. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

interesse da Companhia, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9. A licitante deverá indicar endereço de e-mail da qual receberá as comunicações relativas a todas as fases do processo, devendo comunicar eventuais alterações do mesmo.

24.10. Não serão atendidas solicitações verbais.

24.11. O presente Edital, estará disponibilizado na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.caer.com.br/licitacoes/> e, deverá ser consultado constantemente, tendo em vista a possibilidade de eventuais comunicados ou esclarecimentos futuros.

24.12. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do certame licitatório.

24.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.14. Os envelopes de habilitação, que permanecerem lacrados, das empresas não vencedoras no certame ficarão à disposição dos interessados para serem retirados após a assinatura do contrato pela empresa vencedora, por um período de **60 (sessenta) dias**, e após serão descartados pela Comissão de Licitação.

24.15. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente e nas normas de direito comum.

24.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

24.17. É assegurado ao licitante a obtenção de cópia digital dos autos referente ao presente procedimento licitatório, mediante solicitação via e-mail e preenchimento do requerimento que será disponibilizado pela Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC.

24.17.1. O prazo mínimo para entrega das cópias é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do requerimento pela Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC.

25 - DO FORO

25.1. O foro eleito para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral, é o da Comarca de Boa Vista - Roraima.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Boa Vista - RR, 22 de Dezembro de 2023.

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER